



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**(Eixo Fundamentos do Serviço Social: Produção do conhecimento,
pesquisa social e ética em pesquisa do Serviço Social e nas Ciências
Humanas)**

Plágio, ética e integridade científica¹

Marcia Sgarbieiro²
Estela Maria Soares Campioli³
Beatriz Borba Massaneiro⁴
Fernanda Caroline Fujita⁵

Resumo: O trabalho objetiva apresentar as reflexões sobre como tem sido problematizado o plágio na produção de artigos no Brasil. O crescimento do uso das tecnologias tem aumentado a preocupação com a integridade na pesquisa, incluindo a questão do plágio. Como metodologia utilizamos uma revisão de literatura sobre plágio, integridade científica e legislação. Os materiais catalogados fornecem uma visão sobre o tema do plágio no contexto acadêmico e científico brasileiro, explicitando suas implicações éticas e legais. Os textos indicam que o plágio é uma violação da integridade na pesquisa, abordando as controvérsias entre as perspectivas jurídicas, que o considera crime no Brasil.

Palavras-chave: Ética em Pesquisa; Plágio; Integridade científica.

¹ Este trabalho é parte dos estudos desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa “Ética em Pesquisa e Integridade Acadêmica em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (CHSSALLA): atualizando o debate”, chamada universal CNPq/MCTI, Brasil, Nº 10/2023 - processo 405815/2023-9. Este projeto de pesquisa é conhecido como EIPH - Ética e Integridade nas Pesquisas em Humanidades.

² Assistente Social, docente da graduação e do programa de pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Líder do GEPCEI - Grupo de estudos e pesquisas em Ciência, Ética e Integridade: desafios contemporâneos à produção do conhecimento. Coordenadora do EIPH. E-mail: marciasgarbieiro@uel.br

³ Estudante da graduação em Serviço Social UEL, bolsista da Fundação Araucária de Iniciação Científica no projeto de pesquisa EIPH. Pesquisadora do GEPCEI. E-mail: estela.maria.soares@uel.br

⁴ Assistente Social formada em Serviço Social pela UEL e em Comunicação e Multimeios pela UEM. Estudante do programa de pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UEL. Integrante do projeto de pesquisa EIPH e pesquisadora do GEPCEI. E-mail: beatriz.massaneiro@uel.br

⁵ Formada em Letras - Português pela UEL. Estudante da graduação em Serviço Social UEL. Integrante do projeto de pesquisa EIPH e pesquisadora do GEPCEI. E-mail: fernanda.fujita@uel.br



Abstract: This paper aims to present reflections on how plagiarism has been problematised in the production of articles in Brazil. The growth in the use of technology has increased concerns about integrity in research, including the issue of plagiarism. As a methodology, we used a literature review on plagiarism, scientific integrity, and legislation. The catalogued materials provide an overview of the topic of plagiarism in the Brazilian academic and scientific context, explaining its ethical and legal implications. The texts indicate that plagiarism is a violation of research integrity, addressing the controversies between legal perspectives, which consider it a crime in Brazil.

Keywords: Research ethics; Plagiarism; Scientific integrity.

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente e nefasta exigência por publicações a qualquer custo no âmbito acadêmico, surgem diferentes questões que podem desafiar o cotidiano de pesquisadores e exigem um olhar mais cuidadoso em relação à produção e resultado de pesquisas. Muitas vezes a lógica perversa das agências de fomento, que exigem produtividade quantitativa, que costumamos chamar de produtivismo acadêmico, submete equipes de pesquisa a exigências por números que são difíceis de alcançar. Nosso objetivo não é justificar mas problematizar algumas das questões relacionadas à má conduta acadêmica que infringe em problemas de ética em pesquisa e integridade científica. O plágio é uma delas e é esta que tratamos neste breve ensaio.

Este trabalho apresenta uma revisão sobre o fenômeno do plágio no ambiente acadêmico, fundamentada em quatro textos científicos que abordam o tema sob diferentes perspectivas: ética, jurídica, pedagógica e a percepção do corpo discente. É parte das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa “Ética em Pesquisa e Integridade Acadêmica em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (CHSSALLA): atualizando o debate”, chamada universal CNPq/MCTI, Brasil, Nº 10/2023 - processo 405815/2023-9.

Como objetivo do trabalho ora apresentado, a equipe do projeto buscou conhecer o conceito de plágio para além da legislação que trata dos direitos autorais, mas sob a ótica da ética em pesquisa e integridade científica. Buscamos também entender como a legislação brasileira trata o plágio como crime. Por fim, buscamos identificar a concepção de estudantes sobre o plágio.

Esta iniciativa vem ao encontro da necessidade de estudar a concepção de plágio para estudantes da graduação. Sendo assim, a coordenadora da equipe de graduação sugeriu esta revisão de textos no segundo semestre do ano de 2024 para entender o que é plágio e como se configura, aprimorando assim, os estudos da equipe. Para tanto escolhemos as palavras-chave: plágio na publicação; plágio e crime; concepção de plágio. Fizemos uma busca



no google acadêmico. Em seguida fizemos a leitura crítica dos textos a partir das categorias: plágio; ética em pesquisa; integridade científica.

Diante das categorias levantadas separamos quatro textos principais (as fontes):

1. *Ética na Pesquisa Científica: Plágio Involuntário e Direito Autoral* (Kretschmann & Wiedemann Neto).
2. *Ética e Integridade na Pesquisa: O Plágio nas Publicações Científicas* (Instituto Bioética - Pithan et al.).
3. *O Plágio Acadêmico como um Problema Ético, Jurídico e Pedagógico* (Pithan & Vidal).
4. *Plágio em Trabalhos Acadêmicos: Uma Pesquisa com Alunos de Graduação* (Barbastefano & Souza).

A descrição dos dados levantados focou na extração das principais ideias, na comparação de pontos de vista e na avaliação crítica de cada obra.

Para fins de ética em pesquisa na elaboração deste ensaio, nos baseamos nas “Diretrizes para a ética em Pesquisa e Integridade Científica”, próprias para as pesquisas nas grandes áreas das Humanidades e elaboradas pelo fórum FCHSSALLA (2024). Nos baseamos também no Guia de Boas Práticas para a Pesquisa da UEL (2025).

A fim de manter a integridade e ética na pesquisa em relação ao uso de ferramentas de Inteligência Artificial generativa, elucidamos que utilizamos o DeepL para a tradução do resumo em inglês. Também utilizamos a ferramenta Notebook Klm para traçar o roteiro de escrita do texto, contudo a escrita é 100% humana. Utilizamos também o DeepSeek para organizar as referências nas normas da ABNT vigentes.

2 DESENVOLVIMENTO

Quando escrevemos sobre as questões que levam aos problemas de integridade científica, precisamos ser radicais na análise. Radicais no sentido de ir à raiz do que leva à necessidade desenfreada de produzir a qualquer custo, em detrimento de uma ciência que visa a produção de conhecimento e tem como finalidade a emancipação humana.

Ancorado no conceito de ciência burguesa de Lukács (1981), Lara (2007) traz uma reflexão muito importante quando escreve que a ciência atualmente corre o risco de se submeter aos interesses do capital e se tornar voltada para fins produtivos e pragmáticos. Neste sentido, o conhecimento científico é utilizado para potencializar o desenvolvimento industrial e tecnológico, negando a condição do trabalho em favor do desenvolvimento do capital. No que o autor chama de "Universidade Moderna", a produção acadêmica corre o risco de se tornar apenas uma mercadoria voltada para a obtenção de títulos. É o que comumente é chamado de produtivismo acadêmico.



É muito comum no ambiente universitário burguês (impulsionado pelas agências de fomento à pesquisa), traçar métricas para se estabelecer a produção de programas de pós-graduação, docentes e discentes. Estas métricas são baseadas em dados numéricos, como é o caso do número de artigos e eventos ao qual seus cientistas participam. Trata-se de uma lógica absolutamente perversa, pois para se produzir ciências é necessário o devido tempo de desenvolvimento de pesquisa, que nem sempre estão de acordo com o tempo exigido por estas métricas.

Baseadas em Lara (2007) sabemos que os programas de pós-graduação, sob as avaliações das agências de fomento e avaliação de pesquisas, as orientações estão cravadas de acordo com a da produção quantitativa do conhecimento, que é a própria materialização das exigências da ciência burguesa. Quando o estudante ingressa na pós-graduação, é avaliado pela quantidade de artigos publicados, sem considerar na mesma medida a qualidade científica das suas produções.

O autor ainda continua dizendo que o modo como a “Universidade Moderna” relaciona-se com a pesquisa e a produção do conhecimento é comprometedor, pois assim ambas tendem a ser meros mecanismos para conseguirem os títulos. Existe um risco iminente de o conhecimento se tornar mais uma mercadoria.

Estas questões levantam possibilidades de más condutas de pesquisa, como a compra e venda de trabalho, publicação em duplicidade e o plágio.

2.1 O plágio em questão

O plágio é um tema de crescente preocupação na comunidade acadêmica contemporânea, impulsionado pela facilidade de acesso à informação. A integridade na pesquisa científica deve ser tema central para garantir a credibilidade da ciência e a reputação dos autores. No entanto, a definição do plágio enfrenta desafios devido à falta de uma definição legal clara no Brasil e às discrepâncias entre as normas éticas e as leis de direitos autorais. Em muitos momentos só é considerado plágio a cópia literal de trechos de autoria de outro, o que fere a lei de propriedade intelectual. Entretanto, em nossos estudos e contatos com instituições de outros países, vemos que existem vários tipos de plágio que merecem ser estudados com dedicação. Este ensaio busca sintetizar algumas das discussões presentes nas fontes para oferecer uma visão sobre o problema, mesmo estando longe de esgotar uma temática tão complexa.

Na discussão dos textos encontrados, o texto intitulado *Ética na pesquisa científica: Plágio involuntário e direito autoral* de Kretschmann, A., & Wiedemann Neto, N. (2014), explora a evolução histórica do conceito de autor, que surgiu da necessidade de proteger a produção intelectual como um bem econômico e de personalidade.



De acordo com os autores o plágio é uma apropriação indevida de ideias ou textos alheios sem a devida atribuição de autoria. Porém o que é destacado no texto é o conceito de plágio involuntário, ou seja, sem a intenção de enganar ou usurpar o crédito intelectual. O plágio involuntário ocorre quando o autor não tem a intenção de plagiar, mas acaba cometendo por descuido, desconhecimento das normas de citação, ou por uma paráfrase mal elaborada.

O plágio involuntário não pode ser aceito no meio acadêmico, pois a ética científica exige originalidade e rigor na atribuição de fontes. Ainda sobre a conceituação, o que os autores chamam de “plágio involuntário” é o plágio que não é feito utilizando as palavras exatas do autor, mas utiliza ideias, roteiros de artigos e pesquisas e as fontes sem citar a fonte original. Outro exemplo também do que os autores chamam de plágio involuntário é a cópia de metodologias de outras pesquisas sem citar a fonte original.

Outro texto de Lívia Haygert Pithan e Alice Pacheco Oliveira, intitulado: Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas. O artigo traz a afirmação de que existe um conflito: as diretrizes éticas protegem as ideias; a Lei de Direitos Autorais brasileira protege a forma da expressão. O texto aponta que se tem muito a avançar ainda em termos de diretrizes éticas e implantação na cultura acadêmica.

De acordo com as autoras, para a Ética em Pesquisa na visão das agências de fomento e diretrizes internacionais, o plágio inclui a apropriação de ideias, procedimentos, resultados ou palavras de outro autor sem o devido crédito.

No caso da lei de Direito Autoral, esta não protege ideias, mas sim a materialidade da apropriação intelectual. Neste caso existe uma controvérsia: enquanto a comunidade científica espera que o pesquisador dê crédito à origem de um conceito ou pensamento, a lei só pune a cópia literal, gerando uma lacuna onde algo pode ser antiético, como no caso o plágio de ideias, mas não necessariamente é algo ilegal.

Existem atualmente direcionamentos para que cada instituição de ensino crie suas diretrizes para as boas práticas de pesquisa. Entretanto, entendemos que não basta apenas criar guias e estes não serem consultados ou utilizados em suas pesquisas. É importante que estes guias façam parte das ementas das disciplinas de pesquisas nas graduações e das pós-graduações das instituições de ensino.

O terceiro texto de Pithan e Vidal intitulado: O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico, trata da integridade na pesquisa e a atuação de órgãos de fomento (CNPq, FAPESP, CAPES) no combate às fraudes. Em relação a estas agências, as autoras escrevem que desde 2011, estas têm elaborado documentos para orientar as instituições de ensino para a adoção de medidas preventivas e punitivas contra más práticas de pesquisa, incluindo o plágio.

As autoras trazem que a FAPESP é indicada por citar o plágio em seu código de boas práticas científicas, definindo plágio como o uso de ideias de outros sem o devido crédito. Já o CNPq é citado pela criação de uma comissão de Integridade na Atividade Científica. Esta



comissão tem por objetivo direcionar ações preventivas e educativas sobre a integridade da pesquisa no país.

O último artigo de Barbastefano, R. G., & Souza, C. G. (2007), intitulado “Plágio em trabalhos acadêmicos: uma pesquisa com alunos de graduação”, inspirou este trabalho que nossa equipe realizou com a equipe de iniciação científica e que ora se apresenta. O artigo apresenta uma pesquisa com estudantes de Engenharia (CEFET/RJ). Revela que muitos estudantes utilizam fontes sem qualificação (como Wikipedia e Google) e acreditam, erroneamente, que citar o autor é suficiente para reproduzir obras na íntegra sem autorização. O artigo explicita que 87% dos estudantes da graduação não tem muito bem elucidado o que é plágio.

O plágio no Brasil é tratado como violação de direitos autorais, ou seja, a autoria é tratada como propriedade. Embora não exista a palavra plágio na lei, ele é enquadrado no Artigo 184 do Código Penal, com pena de detenção de três meses a um ano, ou multa. Além disso, a Lei nº 9.610/1998 protege o direito moral do autor de ter seu nome vinculado à obra e prevê indenizações por danos morais em caso de violação. Um ponto que os autores escrevem é que a lei brasileira não protege a ideia, mas sim a sua materialização ou forma.

É de fundamental importância conceituar plágio para que se tenha bem elucidado seu conceito, e assim possa-se trabalhar abertamente com os estudantes e pesquisadores a respeito:

1. Plágio direto ou Plágio integral - reprodução literal de um texto sem a correta citação da fonte original;
2. Plágio indireto ou plágio de paráfrase - reprodução do mesmo conteúdo ou ideias de uma obra, com outras palavras, mas sem identificação da fonte;
3. Plágio mosaico - reprodução de fragmentos de vários textos diferentes colocados justapostos em um outro texto como se fosse novo, sem atribuição das fontes utilizadas;
4. Plágio de Chavões - reprodução ou apropriação de expressões como conceitos ou definições criadas por outras pessoas;
5. Plágio de fontes - reprodução de textos citados por outros autores sem que a fonte original tenha sido consultada;
6. Autoplágio - reprodução de um texto do próprio autor com finalidade diferente sem a citação da publicação anterior.

A seguir trazemos o quadro que a equipe construiu para melhor ilustrar e apresetnar os resultados do trabalho:



Quadro 1 - Conceito de plágio

Plágio involuntário e direito autoral	Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas
Acontece sem a intenção de enganar ou se apropriar do crédito intelectual. O plágio involuntário ocorre quando o autor não tem a intenção de plagiar, mas acaba cometendo por descuido, desconhecimento das normas de citação, ou por uma paráfrase mal elaborada.	O artigo discute a integridade na pesquisa científica, com foco no plágio, destacando as controvérsias entre as visões legais e éticas sobre o tema. Aborda como o plágio é uma violação tanto legal (direitos autorais) quanto moral, e enfatiza a necessidade de um diálogo interdisciplinar para estabelecer regras comuns para os pesquisadores. O estudo também menciona a importância da conscientização sobre o plágio, como parte das boas práticas científicas.
O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico	Plágio em trabalhos acadêmicos: tipos de plágio
O plágio tem sido objeto de crescentes preocupações no meio acadêmico brasileiro. Órgãos públicos de financiamento de pesquisa científica, tais como o CNPq, a CAPES e a FAPESP, desde o ano de 2011, têm emitido documentos para orientar que as instituições de ensino tomem medidas preventivas e punitivas em casos de fraude – dentre as quais se inclui o plágio. No âmbito universitário, destaca-se o papel educativo do professor orientador de trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação.	1. Plágio direto ou Plágio integral - reprodução literal de um texto sem a atribuição correta da fonte por meio de citação e referência. 2. Plágio indireto ou plágio de paráfrase - reprodução do mesmo conteúdo ou ideias contidas numa obra, com outras palavras, mas sem identificação da fonte (citação e referência). 3. Plágio mosaico ou plágio pastiche - reprodução de fragmentos de vários textos diferentes colocados justapostos em um outro texto como se fosse novo, sem atribuição das fontes utilizadas, apresentados como autorais, mas que foram produzidos por outras pessoas que são desconhecidas porque venderam ou cederam o texto produzido e não querem ou não podem ter a autoria moral reconhecida. 4. Plágio de Chavões -reprodução ou apropriação de expressões como conceitos ou definições criadas por outras pessoas. 5. Plágio de fontes - reprodução de textos citados por outros autores sem que a fonte original tenha sido consultada, embora seja esta citada e referenciada, quando deveria ter sido feita uma citação da citação. 6. Autoplágio - reprodução literal de um texto prévio do próprio autor com finalidade diferente sem o devido reconhecimento da publicação anterior.

Fonte: Construído pelas autoras do ensaio.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

O combate ao plágio exige mais do que aplicativos e inteligência artificial de detecção ou punições legais; requer uma mudança cultural e pedagógica. É necessário que as instituições de ensino promovam o diálogo interdisciplinar para levar a consciência do que é o plágio e suas diferentes manifestações. É importante também capacitar professores e conscientizar estudantes desde a educação básica para que a originalidade seja valorizada a fim de valorizar a ciência e a originalidade.



O primeiro texto traz algo importante a ser ressaltado quando escreve sobre plágio involuntário: em muitos momentos o plágio ocorre sem a intenção de cometer um crime, mas por desconhecimento do que é o plágio e como se configura. O segundo e terceiro texto escrevem sobre a importância das agências de fomento e sobre a controvérsia, mostrando que existe uma lacuna onde o plágio é considerado crime, contudo só existe punição em caso de cópia literal do texto.

O último vai ao encontro do primeiro, que mostra o desconhecimento do que seria plágio, principalmente por parte de estudantes que não conhecem o conceito de plágio.

A conclusão a que chegamos é de que temos muito ainda a avançar em termos de construção de uma cultura de ética e integridade em pesquisa, principalmente em relação ao plágio.

REFERÊNCIAS

Barbastefano, R. G., & Souza, C. G. *Plágio em trabalhos acadêmicos: Uma pesquisa com alunos de graduação*. (2007). XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

DEEPL. DeepL Translate. 2026. Tradutor automático baseado em inteligência artificial. Disponível em: <https://www.deepl.com/translator>. Acesso em: 08 mar. 2026.

DEEPSEEK. DeepSeek-R1. 2025. Ferramenta de inteligência artificial. Disponível em: <https://www.deepseek.com/>. Acesso em: 08 mar. 2026.

FCHSSALLA. Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica/Grupo de Trabalho de Ética em Pesquisa. — Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024. — 28 p. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/web/cgee/w/diretrizes-para-%C3%A9tica-em-pesquisa-e-integridade-cient%C3%ADfica>; acesso em: 16 fev. 2026.

GOOGLE. Google NotebookLM. 2024. Ferramenta de pesquisa e anotações com inteligência artificial. Disponível em: <https://notebooklm.google.com/>. Acesso em: 08 mar. 2026.

Kretschmann, A., & Wiedemann Neto, N. Ética na pesquisa científica: Plágio involuntário e direito autoral (2014). *Revista da AJURIS*, 41(136), 59-78.



Lara, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica (2007). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300008>. Acesso em: 12 out. 2025.

Lukacs, G. Marxismo e questões de método na ciência social. In: Netto, J. (Org.); Fernandes, F. (Coord). Lukács, Sociologia. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

Pithan, L. H.; Oliveira, A. P. Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas. *Revista da AMRIGS, Porto Alegre*, 57 (3): 240-245, jul.-set. 2013.

Pithan, L. H., Vidal, T. R. A. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. (2013). *Direito & Justiça*, 39(1), 77-82.

UEL - Câmara de Pesquisa. Guia de Boas Práticas de Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina. (2025). Disponível em: https://sites.uel.br/proppg/wp-content/uploads/2025/06/Guia_de_Boas_Praticas_em_Pesquisa-UEL_2025.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.